



José Gabriel Ávila\*  
jgazores@gmail.com

# O meu protesto

Quando em 6 de fevereiro último publiquei neste jornal um artigo intitulado: “Um ferry a navegar, a exemplo da Madeira” acreditava que o atual executivo iria cumprir o prometido no seu programa: “A criação de verdadeiras “autoestradas do mar” é o novo paradigma para o relançamento do transporte marítimo inter-ilhas.” E, embora com eventuais melhorias e ajustamentos à “mobilidade entre as ilhas, [garantiria] a manutenção do serviço público já prestado.”

Infelizmente, em matéria tão primordial para a unidade, coesão social, desenvolvimento harmónico e fomento do comércio inter-ilhas, o executivo de Bolieiro não cumpriu a sua palavra, nem teve coragem para ouvir as autarquias locais e outras instituições representativas da sociedade. Optou por recorrer ao Presidente da Câmara do Comércio de Ponta Delgada que numa entrevista a um matutino micalense ousou afirmar: “viagens aéreas interilhas a 60 euros tornam desnecessário o transporte marítimo de passageiros e viaturas em todas as ilhas, como fazia a Atlânticoline antes da pandemia.”(AO,29jul2021)

Apoiado pelo representante do comércio e indústria micalenses, o Governo julgava ter-se escudado num parceiro de peso para aprovar, na semana seguinte, a “abertura de concurso público para o fornecimento de transporte marítimo regular de passageiros e de viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e de passageiros entre as ilhas das Flores e Corvo, bem como do serviço de transporte marítimo sazonal de passageiros e de viaturas entre as ilhas do Grupo Central, pelo prazo de dois anos, com possibilidade de prorrogação por um período máximo de 12 meses, e com o preço base de 18.000.000,00 euros.”<sup>1</sup>

Entretanto, de imediato, surgiram reações condenatórias do PSD de Santa Maria, do PS regional, do BE e dos autarcas ocidentais, e aguarda-se que outras instituições do grupo oriental e central se unam aos protestos sobre decisão tão arbitrária e lesiva da “manutenção do serviço público já prestado.”

As consequências desta tão desastrosa medida afetam a mobilidade de todos os açorianos, os quais já se haviam habituado a visitar o arquipélago transportando viatura própria, impedem a deslocação de grupos sociais, culturais e desportivos e a sua participação em eventos tradicionais e prejudicam a própria economia de cada ilha.

O relatório da Atlanticoline, relativo a 2019, ano em que a operação se iniciou mais tarde por incumprimento de um dos contratos, revela que foram transportadas na linha amarela, de Santa Maria às Flores, 69.525 passageiros e 12.107 viaturas.

Nesse mesmo ano, o custo da operação dos dois ferries foi de 7.095.384 €, muito aquém do aduzido na citada entrevista e do preço base proposto no concurso (18 milhões de euros).

Não foram divulgados os requisitos impostos no caderno de encargos, nem que entidades representativas foram auscultadas. É um segredo bem guardado que afronta a tão propalada transparência.

Uma coisa é certa: esta decisão lesa todos os açorianos, de Santa Maria às Flores. Também São Miguel e Terceira, ao contrário do que se possa pensar, são os polos mais lesados. São Miguel, devido aos residentes de outras ilhas, é quem gera a maioria do tráfego dos “ferries”, seja com Santa Maria seja com o Grupo Central. A Terceira pela mesma razão e pelas tradicionais ligações à Graciosa, São Jorge e Pico.

Atrevo-me a afirmar que a Atlanticoline, com os equipamentos disponíveis,



não tem capacidade de resposta para o crescente tráfego de pessoas e viaturas. A não ser que o concurso seja feito à medida das capacidades atuais, o que impedirá o aumento do transporte marítimo: o “Mestre Feijó” transporta 15 viaturas e o “Gilberto Mariano” 12.

Sabendo-se que, este ano, a disponibilidade de viaturas de aluguer ficou muito aquém da procura e os preços de aluguer são exorbitantes, os passageiros da Sata ver-se-ão desencorajados a viajar interilhas, e procurarão, eventualmente outros destinos no continente, onde os preços do rent-a-car são significativamente inferiores.

Tudo isto revela não haver estudos que suportem a decisão governamental. Foi uma medida tomada sobre o joelho, sem conhecer a realidade do transporte marítimo de passageiros e viaturas, sem ouvir os representantes das populações, satisfazendo apenas alguns “iluminados”, mais preocupados com interesses particulares que com o bem-comum.

Acaso já se pensou o que acontecerá à Atlanticoline, se ela não vencer o concurso e outra empresa pretender explorar o mercado insular, no seu todo, como já sucede com o transporte aéreo? Que destino dará a Região às embarcações? Ou o que se pretende, a curto prazo, é acabar com a empresa pública “Atlanticoline” e oferecer, ao desbarato, a concessão do serviço e o seu património aos privados?

Estas não são questões irrelevantes, nem despidiendas.

Conhecendo a afinidade de alguns mentores económicos regionais às teorias neoliberais, na sua profissão de fé ao Estado mínimo e à máxima redução de impostos, tudo é de esperar dos atuais mandantes.

Com esta decisão, divergente da política de transportes marítimos de passageiros e viaturas seguida na Madeira e nas Canárias, São Miguel, no contexto do arquipélago, vai ser cada vez mais uma “Ilha Grande Fechada”, como a designou o saudoso escritor Daniel de Sá. E isso é um tremendo retrocesso na manutenção da unidade do arquipélago.

<sup>1</sup> Comunicado Conselho Governo, 6ago2021

\*jornalista c.p. 239 A



João Sardinha

## Faz Hoje 588 Anos

Foi muito bem escolhido  
Ao mesmo tempo querido  
Em Coimbra aclamado  
Este Rei que o Povo quis  
D. João Mestre de Aviz  
“Boa Memória” tratado

Pelo seu Avô Criado  
Aos seis anos fazem isto  
Foi o D. João nomeado  
Mestre da Ordem de Cristo

Melhor Ordem do País  
Foi dado pelo seu Pai  
A, D. João Mestre de Aviz  
Que da História não sai

De D. Pedro, mas bastardo  
Um Filho de coração  
Pois assim foi aclamado  
Este primeiro D. João

Batalha Aljubarrota  
Contra o Rei de Castela  
Nuno Alvares deu derrota  
E D. João gostou dela

El-Rei D. João I  
Armou-o desta maneira  
Condestável Cavaleiro  
D. Nuno Alvares Pereira

A Governar Portugal  
Entre um e outro desastre  
D. João não casou mal  
Com Filipa de Lencastre

Se foi casamento chique  
Teve um Filho importante  
Com o nome de D. Henrique  
Mais conhecido Infante

Lá as Ilhas encontradas  
P'los nossos Navegadores  
Faltavam ser designadas  
Como Ilhas dos Açores

Nem sempre um ano chegava  
Para, Nau se abastecer  
Enquanto o Filho pensava  
Deu tempo de o pai morrer

D. João em Portugal  
Mais nenhum o igualou  
Foi quarenta e sete e tal  
Os anos que Rei Reinou

14 de Agosto o dia  
Se na História gravado  
D. João I morria  
E hoje aqui vai lembrado